



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Ambiental.

O ESTADO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE NA DÉCADA DE 2000: NOTAS PARA O DEBATE

Andréa Lima da Silva¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar as ações e políticas para o meio ambiente dos governos centrais nos anos 2000. Buscou-se, ainda, analisar como o Estado brasileiro vai se aprimorando na sua função de criar condições objetivas e subjetivas para favorecer a acumulação capitalista, mediante suas tendências destrutivas na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Estado; questão socioambiental, políticas ambientais; meio ambiente

Abstract: This article has such as object the actions and political for the sensing the main endors in 2000, the capital analysis and sensitive capital suas tendências destrutivas na contemporaneidade.

Keywords: state; socio-environmental question, environmental policies and environmental.

A intensa destruição do meio ambiente na contemporaneidade revela uma complexa e inevitável relação com o momento de crise do capital e de tentativa de restauração da sua hegemonia. A produção pela produção, traço peculiar do modo de produção capitalista, assume explicitamente o seu caráter destrutivo na vida social no século XXI.

Essa produção destrutiva do capital se efetiva de modo contundente nas expressões da questão social; na superexploração da classe trabalhadora e extração da mais-valia; nos desmatamentos das florestas tropicais no mundo inteiro; através da biopirataria; na forma de desregulamentação das leis trabalhistas e, dentre outras, na criação de camarão em cativeiro, que provoca injustiça socioambiental e desterritorialização de segmentos de trabalhadores/as do mar. Todas essas questões se efetivam por intermédio do papel ativo do Estado, em maior ou menor participação, de acordo com as particularidades de cada Estado em suas esferas estaduais e municipais.

A ordem sociometabólica do capital é destrutiva na sua essência, ou seja, integra a constituição do próprio sistema do capital. Esse sistema erige da divisão sociotécnica do

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: dealima18@gmail.com.

trabalho e da subordinação desta pelo capital, mas não é imutável na sua constituição, pois é construído do processo histórico tão profundamente permeado pela luta de classes e pela disputa de projetos societários.

Respaldados nessa construção histórica não linear, o Estado burguês que tem sua gênese na divisão social de classe, também, vai se transformando, se aprimorando na sua função precípua de mantenedor de uma sociedade de classes e de criador das condições objetivas e subjetivas para o exercício do poder hegemônico da burguesia, favorecendo a acumulação capitalista.

É no contexto de mundialização do capital em crise e das particularidades do Estado Brasileiro que assumiu o projeto neoliberal desde o Governo do presidente Collor de Melo, e que permaneceu com a característica basilar do neoliberalismo no Governo Lula: uma agenda de Estado mínimo para classe trabalhadora e todo esforço e manutenção de uma agenda máxima para o capital, como analisou Netto (1996).

O neoliberalismo surge como uma reação ao Estado de Bem-Estar e contra a social democracia. O resultado desta política, dentre outras, é o desemprego em massa, corte de gastos sociais, legislação anti-sindical e privatização dos órgãos estatais. As repercussões da agenda neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-as cada vez mais focalizadas e mais privatizadas (Iamamoto, 2008). Imerso nesta lógica neoliberal, o Estado é radicalmente submetido aos interesses econômicos e políticos do grande capital financeiro.

A reforma do Estado surge por uma necessidade do capital em face de superação da sua crise e, exatamente por isto, têm se constituído em contrarreformas se pensarmos nos interesses da classe trabalhadora e o atendimento das necessidades humanas. As contrarreformas efetivadas pelo Estado brasileiro agudizaram ainda mais as expressões da questão social (Beringh, 2003). Enfim, houve um desmonte do Estado refutando os direitos assegurados pela constituição de 1988.

Todos esses ajustes estruturais foram observados nos governos eleitos pelo voto direto pós-ditadura militar: Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1995); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Lula (2003-2011); Dilma Roussef (2011-2016); Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019), que vão manter a política de ajustes neoliberais, com ênfase no superávit primário para pagamento dos juros da dívida, na financeirização da economia, nas contrarreformas (previdenciária e trabalhista) e uma política social de caráter focalista e assistencialista.

A chamada “herança maldita” do governo FHC que os governos petistas herdaram não foi, de forma nenhuma, rechaçada, ao contrário, em muitos setores, a exemplo da política econômica adotada pelos Governos Lula e Dilma, foram aprimoradas e, no governo Bolsonaro, pretende-se coroar o Estado neoliberal com o colapso total dos direitos da classe trabalhadora. Neste sentido, é necessário dizer que analisaremos o Estado Brasileiro a partir dos anos 2000, buscando seus rebatimentos nas políticas e projetos para o meio ambiente em sua totalidade.

Ao analisarmos os projetos destes governos citados no campo da agricultura, aquicultura e meio ambiente, percebe-se em suas estruturas o caráter neocolonizador destes projetos, que estão sob a regência do capital internacional.

O modelo de Reforma Agrária, por exemplo, sob a égide do neoliberalismo e da “mundialização” do capital, foi desenvolvido de forma fragmentada, revestido de programas sociais compensatórios, reduzido a algumas iniciativas de apoio técnico aos assentamentos, isso efetivado desde o governo de FHC. No entanto, a estrutura fundiária do Brasil permaneceu intacta nos governos petistas. Para Umbelino², o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA produziram “factoides” para maquiar os verdadeiros números de famílias assentadas no governo Lula.

O agronegócio sempre foi uma política prioritária e de grande investimento por parte do Estado em todos os governos. Faz-se necessário saber que os governos de conciliação de classe (Lula e Dilma), de forma contraditória, fizeram importantes leis de proteção ambiental e algumas demarcações de terras indígenas; reconhecimento e ampliação das populações tradicionais no Brasil, porém, mantiveram incólume as estruturas capitalistas que engendraram uma produção destrutiva do meio ambiente.

Assim, a desigualdade social, a degradação ambiental, o desemprego, os latifúndios, a concentração de riqueza e a privatização dos recursos naturais são signos antigos e históricos que aparecem perversamente “renovados”, reificados pelo processo de mundialização do capital em toda década de 2000, mas, sobretudo, processa-se com maior perversidade no atual governo Bolsonaro, que pratica uma política inofensiva aos latifúndios e extremamente predatória em relação à agricultura familiar e aos povos tradicionais, em particular aos povos indígenas, em poucos meses de governo.

²Cf. Ariovaldo Umbelino “O governo Lula dá Adeus à reforma Agrária”. In: www.brasildefato.com.br/agencia. Acesso em 22/12/08

As políticas de proteção ambiental no Brasil, no momento contemporâneo, são funcionais ao capital. Porém, é sabido que a aliança entre o Estado e capital não se efetiva apenas na esfera do Executivo, mas aparece, também, com muita força no Legislativo e Judiciário. Na Câmara Federal, a bancada ruralista assume explicitamente a defesa dos seus interesses, dos negócios agropastoris e de projetos voltados para a expansão do capital em detrimento do meio ambiente. O Judiciário tem uma pauta extensa de processos que criminalizam os movimentos sociais, principalmente, aqueles que ameaçam a manutenção dos latifúndios e coloca em xeque os projetos do agronegócio, a exemplo do MST e da Via Campesina.

Na justaposição ente capital e Estado, as contradições são prenes desta relação que vai se complexificando na sociedade, na medida em que a acumulação de riqueza pelo capital cresce no compasso do acirramento da questão social e da degradação ambiental.

Os governos de conciliação de classe do PT foram eleitos por uma inédita aliança, entre setores da burguesia, movimentos sociais, partidos de esquerda e da direita conservadora e assumiram um pacto com a política macroeconômica conservadora aprimorando-a e utilizando todos os seus dispositivos reguladores para manutenção do projeto de acumulação capitalista que se projetou, sobretudo, no pagamento da dívida com o superávit primário, conforme analisa Boschetti e Salvador (2006, p.50) e converteu-se numa “poderosa e perversa alquimia” que, ao utilizar o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União – DRU, desviam recursos que deveriam ser destinados a Seguridade Social para o pagamento da dívida brasileira.

A história recente da democracia no Brasil, depois do golpe civil-militar no Brasil, nos mostra que as classes subalternas têm vivenciados um processo contínuo de perdas de direitos e derrotas na luta de classe. Assim, ao assumirem os interesses do capital financeiro, estes governos supracitados secundarizaram as lutas e demandas da classe trabalhadora, inclusive os governos petistas.

A agenda ambientalista, proposta pelos governos Lula e Dilma, perdera-se em variados paradoxos, a exemplo da efetivação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – que foi considerado um projeto de prioridade máxima para produção do capital e alguns outros, voltados para a classe trabalhadora. Após três meses do lançamento do PAC, a Comissão Pastoral da Terra em sua XIX Assembleia Geral, que ocorreu em Goiânia entre os dias 24 e 27 de Abril de 2007, elaborou como resultado final

uma carta na qual faz duras críticas ao governo federal e ao PAC. Segue um trecho da carta:³

o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo principal potencializar a infraestrutura a serviço do agro-hidro-negócio, do agrocombustível, da exportação das reservas minerais, florestais, hídricas e territoriais, sem levar em conta os protagonismos, as demandas e as lutas que nascem do campo e da cidade e que exigem a participação popular, a socialização do poder e a distribuição da riqueza.

Os projetos de desenvolvimento proposto pelos governos petistas apresentam contradições difíceis de serem potencializadas/positivadas porquê de um lado contém medidas mitigadoras e focalistas para atender às necessidades básicas e emergenciais da classe trabalhadora, por outro lado, com Medidas Provisórias e pela força da Lei, cria um aparato estatal forte de sustentação para os projetos de expansão do capital no território brasileiro.

Nos anos de 2000 a agenda ambiental sofreu diversas derrotas: a aprovação dos transgênicos; a ampliação das fronteiras agrícolas na Amazônia e no Cerrado; o aumento do desmatamento; a estagnação das demarcações das reservas indígenas; a expansão da grilagem, entre outros.

A questão socioambiental vai se agravando quando analisamos os projetos de desenvolvimento do governo Bolsonaro é uma tragédia para os/as trabalhadores brasileiros/as: privatização das estatais; reforma da previdência e sua capitalização; desmatamento acelerado para promover o agronegócio; decreto de armas que vai aumentar consideravelmente a violência no campo e na cidade.

Assim, podemos afirmar que as atuações dos governos centrais no âmbito da política ambiental têm se direcionado para o atendimento estratégico dos interesses do capital; e o atendimento periférico e em situação emergencial das necessidades da classe trabalhadora observados nos governos Lula e Dilma. Desse modo, temos durante toda a década de 2000 uma política de Estado na área ambiental contrária à luta política e demandas dos movimentos socioambientais.

No momento contemporâneo, o imperativo do capital em se expandir permanece o mesmo, o que muda são as estratégias de dominação, expropriação e privatização do território. No cerne da disputa territorial, encontram-se grandes corporações agroindustriais, que têm como parceiro o Estado e agências de fomento internacionais como o banco Mundial, e do outro lado, populações tradicionais, famílias que vivem do plantio de subsistência e da pesca extrativista e artesanal.

³ Cf. www.cptnac.com.br. Acesso em 05/05/2018.

Atualmente, no governo de Bolsonaro, o desenvolvimento sustentável e as políticas para o meio ambiente se transformam em um discurso vazio, frente aos ataques do governo ao meio ambiente na sua totalidade e o processo de degradação socioambiental em curso, em várias regiões do Brasil.

O Estado, assim como analisa Moraes (1997, p.57), deveria regular, proteger e salvaguardar o patrimônio soberano e coletivo que é a natureza, mas ao contrário, o Estado, também, promove a degradação socioambiental. “*Parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação*” (idem). O Estado tem a função de organizar, regular, fiscalizar o espaço e o meio ambiente, no entanto, assume uma postura paradoxal frente às questões socioambientais e ajuda a produzir, em grande escala, desigualdades e injustiças ambientais.

No mapa de conflitos sociais produzido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT⁴ a maioria dos conflitos ocorre pelo acesso ao direito à terra, à água e ao trabalho. São situações que vão desde o impedimento de acesso à água (açudes, barragens, rios etc) pela apropriação privada destes à destruição/poluição do meio ambiente.

O governo Bolsonaro lança mão de dispositivos legais, tais como decretos e medidas provisórias, para efetivação de um projeto que legitima e favorece o funcionamento do processo metabólico do capital.

A degradação ambiental no Brasil, acirrada pelas estratégias do capital para o enfrentamento da sua crise, é fato, e avançou no processo de coisificação da natureza, na desumanização das relações entre as pessoas e criou, com isso, uma sociabilidade conservadora, que convive pacificamente com a barbárie.

Ao invés de uma luta estruturante, anticapitalista da classe trabalhadora, prevalece o imediatismo da vida cotidiana. Para Bihr (1998, p.125) o desafio hoje é saber que a crise ecológica requer uma política no sentido mais amplo do termo, uma reorganização das sociedades contemporâneas, e não ações específicas, limitadas e fragmentadas.

No entanto, na seara de contradições gestadas pelo capital, o movimento de resistência cresce. A gravidade da questão tem possibilitado a ruptura com o silêncio e, mesmo diante do poder da ideologia dominante, parece não ser mais possível mascarar esta realidade, pelo menos para quem vive da agricultura de subsistência, do extrativismo marinho, da agricultura familiar e de milhões de brasileiros/as que dependem diretamente do acesso à natureza para viver e trabalhar.

⁴ Cf. www.cptnac.com.br

A nossa formação econômica, política e sociohistórica é fundada sob os pilares da dilapidação dos recursos naturais brasileiro e da degradação humana imposta ao povo brasileiro desde a sua reminiscência. Discorrer sobre o papel do Estado brasileiro em relação ao meio ambiente é, sem dúvida, dar um salto histórico no tempo. Embora se tenha registro de atuações do estado no tocante à preservação ambiental, ainda no período colonial, não poderíamos falar de uma política ambiental brasileira. Assim, podemos afirmar que o Estado brasileiro, historicamente e, mais precisamente na década de 2000, posicionou-se de forma conservadora e insuficiente, dada as demandas que a questão ambiental exige em sua totalidade.

REFERÊNCIA

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reformas: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa (O movimento operário europeu em crise). São Paulo: Boitempo, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: Serviço Social e Sociedade, nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o Projeto ético político do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O PAC e o Serviço social: crescimento para quê e para quem? – os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. In: Serviço Social e Sociedade, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo : Xamã, 1996.

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. - 2º. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org) et alli. A questão ambiental no pensamento crítico : natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro : Quartet, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 2 Ed. SP , Hucitec, 1997.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise Prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. nº 50, ano XVII, Abr. 1996.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Andréa Lima. “A morada do/a teimoso/a”: as práticas socioambientais de resistência dos/as moradores/as de Mãe Luiza/Natal – um território(in)sustentável. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE, Recife: mimeo, 2003.